

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA Nº 26

Aos dezassete dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da

Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Custódio das Neves Lopes Ramos e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Manuel Arede de Jesus, Manuel Rodrigues Simões, Raul Ventura Martins, José Ferreira de Almeida, Fernando António Portela Rocha Andrade, Jorge Manuel do Nascimento, Nuno Teixeira Lopes Tavares e João Tavares Duarte, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra deu também nota à Assembleia dos pedidos de suspensão de mandato apresentados pelos Vogais Gonçalo Nuno Caetano Alves e António Manuel dos Santos Salavessa, os quais foram aceites, depois do assunto ter sido posto à consideração do plenário.

Leu ainda uma carta do Dr. José Amaro, dirigida ao Presidente da Mesa, na qual o signatário comunica a sua indisponibilidade temporária para proceder à substituição do Vogal Salavessa, evocando para tanto razões de ordem profissional e familiar, requerendo ao mesmo tempo que seja considerado suspenso o seu mandato nos períodos em que António Salavessa tiver o mandato suspenso, devendo por isso ser contactado o elemento imediatamente a seguir na lista da CDU.

Imediatamente a seguir colocou à discussão e votação as seguintes Actas:

ACTA Nº 17 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 19 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 20 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e duas abstenções.

Seguidamente entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o referido período, usou da palavra o Vogal Diogo Machado para apresentar à Mesa a Moção que a seguir se transcreve:

#### **"MOÇÃO**

Tendo em conta os recentes acontecimentos, envolvendo navios portugueses, ocorridos ao largo das águas territoriais do Canadá, e falando em nome das muitas famílias deste concelho e de concelhos limítrofes que encontram na pesca longíqua o seu principal meio de subsistência, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Março de 1995, deliberou:

a) Repudiar e condenar fortemente a atitude ilegal e provocatória do Canadá, visto não mais revelar do que um processo gradual e dissimulado de apropriação de recursos a que não tem direitos históricos.

Mais forte se torna a razão deste repúdio, quando esta atitude se baseia em intimidações continuadas a frotas como a portuguesa, que legítimamente pescam em águas internacionais.

b) Fazer saber que o Parlamento Europeu considerou inaceitável a reformulação do acordo com o Canadá, no que toca à repartição da quota da palmeta e exigiu que o mesmo não fosse ratificado.

c) Enviar esta moção ao Sr. Ministro do Mar, acompanhada pelo mais forte desejo de que o empenho do Ministério do Mar seja efectivo e incisivo, no sentido de se protegerem os direitos e os modos de subsistência de muitas famílias deste concelho de Aveiro."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação do plenário a admissão ou não da referida Moção.

Submetida à votação veio a mesma a ser admitida por vinte e sete votos a favor e duas abstenções.

Seguidamente informou que a Moção agora aprovada será discutida no final do período de antes da ordem do dia.

No uso da palavra o Vogal Rosa Pires, disse que em relação ao comentário que o partido CDS fez nos órgãos de comunicação social, no que respeita ao PDM após a sua aprovação, merece obviamente a reflexão deste órgão e suscita-lhe preocupações a dois níveis - a nível do funcionamento desta Assembleia e a nível da gestão dos interesses colectivos de Aveiro.

Prosseguindo, disse achar que a intervenção feita pelo representante do CDS-PP, se deve situar no contexto em que ela decorreu, e decorre num contexto em que por um lado o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sublinhou os esforços que foram desenvolvidos pelas pessoas que participaram na Comissão eventual no âmbito do PDM, em que várias pessoas das bancadas da oposição fizeram as suas críticas mas que ao mesmo tempo se revelaram interessados em ter uma atitude construtiva;

Em que o Sr. Presidente da Câmara reconheceu que algumas das críticas tinham fundamento porque o PDM tinha obviamente questões importantes;

Finalmente, depois de uma atitude que desvalorizou esse trabalho por parte do representante do CDS-PP, mais uma vez o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por mera coincidência, mas feliz, saudou a participação que as várias bancadas têm tido nesta Assembleia e os resultados que têm obtido, ou seja, toda a gente excepto o CDS-PP saudou um exercício de conjugação de esforços.

Na opinião deste Vogal tal comportamento por parte da bancada do CDS-PP, é demonstrativo de que também eles concordam que o documento é de fraca qualidade. Na realidade, sendo previsível que os partidos da oposição se manifestassem desfavoravelmente em relação ao PDM, na sequência das críticas que lhe teceram no período que precedeu a campanha eleitoral e durante a mesma, seria de esperar que o CDS-PP apontasse concretamente os contributos positivos do PDM para assim procurar "afirmar" a sua qualidade. Mas de facto, não ouvimos do CDS-PP as esperadas intervenções destacando eventuais contributos positivos. Esta passividade ou omissão pode assim ser interpretada como reconhecimento implícito de falta de qualidade do PDM.

Acrescentou que o CDS-PP tem dificuldade em ser o único responsável pela positiva de ter aprovado um Plano de fraca qualidade e que o comentário que surgiu na comunicação social atribui as culpas à oposição que resolveu votar contra, porém salientou que a culpa não é da oposição mas sim da falta de qualidade do PDM - e esta fica a dever-se sobretudo às condições em que o mesmo foi efectivado e à forma como eram geridos os interesses colectivos na altura em que o PDM foi elaborado.

Continuando no uso da palavra, salientou que este descrédito com que o CDS-PP avaliou o trabalho desenvolvido no seio da Comissão, põe em causa o funcionamento deste órgão tal como tem funcionado até aqui e neste momento Aveiro precisa em várias áreas que se conjuguem esforços, sendo possível em várias plataformas conjugar esses esforços, todavia o CDS com a atitude que tomou está objectivamente a ser um entrave a essa conjugação de esforços, pelo que em sua opinião deve rever quanto antes o seu comportamento.



Referindo-se às afirmações que constavam no fragmento do comunicado, disse que as mesmas trazem-lhe alguma preocupação na medida em que se dizia que o "PDM estava bem e era um testemunho à qualidade da gestão", quando obviamente não o era. Considerou que este tipo de atitude é estar a atirar "areia" para os olhos das pessoas. Referiu que é importante saber-se que este PDM não se debruçou com suficiente profundidade sobre questões fundamentais para o concelho que continuaram a ser ignoradas. Em suma, salientou que tem que haver um reconhecimento de que a forma como se geriu Aveiro é impossível de se manter no futuro e isto tem que ser dito com clareza, considerando por isso preocupante que o CDS não se aperceba que há uma forma de acção pública que tem que ser alterada profundamente.

Finalmente e tendo em vista a conjugação de esforços em prol do desenvolvimento de Aveiro, propôs que esta Assembleia patrocine uma sessão no âmbito daquelas sessões semestrais previstas no Regimento, subordinada ao tema: "Aveiro Amanhã", sugerindo ainda os sub-temas, "Aveiro Região", "Aveiro e a Ria", "Aveiro e a Cidade" e "Aveiro e a Sociedade Contemporânea".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Martins.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Jorge Nascimento começou por dizer que a bancada do PP percebe claramente porque é que a bancada do PSD ficou tão incomodada com o referido comunicado e qual foi a necessidade de, por intermédio do Vogal Rosa Pires, vir trazer e evocar novamente o problema a esta Assembleia.

Por outro lado, disse não compreender e ter ficado perplexo, como é que o PSD, tendo clamado pelo direito de discutir o PDM em sede de Comissão e depois das alterações produzidas no documento terem sido votadas por unanimidade, vem a esta Assembleia abster-se em relação ao documento, apesar da sua declaração de voto.

Considerou que a intervenção do Vogal Rosa Pires, teve o objectivo de denegrir um documento que é fundamental para o município. Salientou que o documento em causa não mereceu nos seus aspectos técnicos qualquer reparo de qualquer instância, tendo sido considerado puro e simplesmente impecável. Compreende no entanto que a Câmara é um órgão político e por isso compete-lhe traçar aquilo que, quer em

termos de política, quer em termos de objectivos, são fundamentais para o concelho de Aveiro.

Continuando no uso da palavra, recordou que não foi só o PP através do órgão Executivo que em primeira linha aprovou o documento, que lhe deu a sua "benção", essa "benção" foi dada também pelos partidos ditos da oposição e que têm assento no Executivo Municipal.

Considerou que o PDM não é assim tão mau, tendo em conta o facto do mesmo não ter merecido votação contrária de ninguém, quer na Câmara Municipal, quer neste órgão.

Finalmente e dentro da linha do comunicado do PP, disse também não compreender que fosse necessário atrasar a aprovação do PDM por tão longo tempo, já que afinal, "expremendo" aquilo que a Comissão trouxe de inovador - e isto não é uma crítica à Comissão - , em sua opinião foi muito pouco, tendo-se perguntado até, não sabendo se com razão ou sem ela - afinal que alterações trouxe a Comissão ao PDM? Em sua opinião nenhuma, sendo em suma esse o sentido do comunicado do PP.

Assim, considerou que foi inútil não se ter votado logo na sessão inicial o PDM, como defendia a título pessoal e ter-se-ia ganho tempo, traduzindo-se num prejuízo para Aveiro todos estes largos meses que ainda se esteve à espera do PDM.

Neste momento saiu da sala o Vogal Nuno Tavares.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, disse subscrever as linhas gerais da intervenção do Vogal Rosa Pires, relativamente ao comunicado do CDS no que respeita ao PDM, manifestar também o seu repúdio seja sobre o teor de tal comunicado, seja sobre a intervenção final do Dr. Pedro Simões Dias.

Continuando no uso da palavra, quis saber porque é que a Mesa da Assembleia não agendou à semelhança do que aconteceu noutros municípios deste país, nas sessões ordinárias do mês de Fevereiro, porque razão não foi agendado para esta sessão a discussão de um parecer da Associação Nacional de Municípios sobre as alterações que estão previstas para o Decreto-Lei 390/82, que fixa as condições dos concursos públicos e que a Associação de Municípios em ofício endereçado aos municípios, pedia explicitamente que esse assunto fosse agendado para a sessão ordinária de Fevereiro.

Referindo-se seguidamente ao Projecto Ria, manifestou a convicção de que estando aberto um período de discussão pública sobre o impacto ambiental do referido Plano, esta Assembleia deveria ser ouvida nesse período de discussão pública, pois entende que a mesma tem obrigatoriamente uma palavra a dizer sobre a matéria. Por outro lado lamentou que o conhecimento destes assuntos só lhe tenham chegado através de notícias publicadas nos jornais.

Relativamente à exploração de águas do sistema do Carvoeiro por entidades privadas, salientou que depois de nesta Assembleia terem sido tecidas algumas ténues considerações pelo Sr. Engº Vitor Silva à cerca da hipótese da eventual concessão a privados da exploração do sistema do Carvoeiro, a confirmação dessa concessão veio através da imprensa e segundo esta, esse processo está muito avançado, visto que já foram abertas as propostas de sete empresas que concorreram ao concurso público.

Referiu que como membro da Assembleia tal notícia provocou-lhe desde logo um sentimento de revolta e de profunda preocupação; revolta por o processo ter avançado demais, sem qualquer informação séria a este órgão. Esta Assembleia neste mandato e nos anteriores, muitas vezes discutiu o processo do sistema do Carvoeiro e agora que o mesmo está pronto a funcionar e a dar resultados, uma decisão tão importante como a de se saber quem vai proceder à exploração do sistema, é tomada sonegando informação a esta Assembleia.

Salientou que não se trata de procurar saber se tal facto é ou não legal, trata-se sim de saber se é justo. Em sua opinião não é justo, porque em nenhum momento das discussões anteriores foi formulado de forma clara e afirmativa a intenção da concessão da exploração a privados. Por isso, disse pensar que a Assembleia Municipal não deve concordar com este processo e expressar a sua opinião, já que os municípios gastaram dinheiro e energias durante anos a fio, concretizando um projecto de 2,5 milhões de contos em parte com receitas próprias do Município e agora quando o sistema está pronto a funcionar, desistem da sua exploração entregando-a não se sabe bem a quem para depois terem que comprar a água a essa entidade, considerando por isso que é um completo absurdo e daí a sua revolta.



Outro sentimento que o assalta, é a preocupação que deriva da leitura que faz das actas da Câmara, pois verifica que também naquele órgão, este processo com tudo o que tem de estratégico no futuro do nosso concelho e na vida dos municípios não está a ser devidamente acompanhado. Tudo parece estar a passar-se ao nível da Associação de Municípios sem que seja devidamente acompanhado pela Câmara. Em vez de ser uma decisão profundamente estudada, ela parece vir mais de encontro ao que parece ser uma moda nacional, que é a de tudo privatizar, e nem sequer é ao contrário do que tantas vezes é invocado, fazer como na restante Europa, porque na restante Europa o que é corrente é a captação e distribuição de água ser da responsabilidade de entidades públicas, com duas grandes excepções - em Inglaterra em que a distribuição pertencia em tempos aos serviços periféricos do Estado e foi entregue pela Sr<sup>a</sup> Thatcher ao sector privado, mas onde o Partido Trabalhista coloca como um objectivo o regresso ao sector público. Em França onde coabitam as duas situações e onde uma série de escândalos está a acompanhar o processo de privatização da água, aliás uma das entidades concorrentes ao Sistema do Carvoeiro, a "Générale des Eaux", é considerada em França por alguns meios, como a rainha da corrupção neste sector, o que é motivo de preocupação. E não se argumente à cerca da necessidade de empresializar a questão da água com a concessão a privados. Essa empresialização da água pode ser conseguida por exemplo com a criação de uma empresa intermunicipal com o objectivo de gerir o sistema, o que seria talvez o sistema ideal e porventura a melhor forma de defender os interesses dos municípios e da região e desta forma as mais valias produzidas seriam aplicadas ou no sistema ou no município. Se sete empresas concorrerem é porque têm perspectivas de resultados, é porque o negócio é lucrativo e não há duas leituras possíveis - o lucro do consórcio é o prejuízo do município, é o prejuízo dos habitantes desta região.

Finalmente quis saber qual vai ser o custo do m<sup>3</sup> para cada município? como é que os valores por m<sup>3</sup> se irão repercutir no consumo? quanto é que isso vai custar aos municípios? qual é a intervenção da Associação de Municípios na definição do custo da água do referido sistema? Como é que é exercida a possibilidade de fiscalização das Câmaras e das Assembleia Municipais? quais são as garantias da

manutenção do sistema e de investimento no sistema por parte do eventual concessionário? a que é que se destina o milhão de contos pagos à cabeça e os cem mil contos anuais de verba? de quantos anos é a concessão? quanto investiu Aveiro no sistema?

Quis saber também qual o papel de Aveiro e o seu peso nestas decisões. É ou não verdade que o concelho de Aveiro detém mais de 50% do investimento do que os municípios do sistema, então qual é a palavra de Aveiro na decisão final tendo mais de 50% do investimento? ou será que neste processo Aveiro pesa o mesmo que Águeda? isto é, Aveiro tem um voto e Águeda tem um voto. Então e o processo pode decorrer assim, sem que Aveiro do ponto de vista político faça pesar aquilo que pesa de facto o investimento ao ter 51% do caudal e ao garantir os 50% dos investimentos? É um processo que não me parece certo. Mais, qual é a opinião do Município àcerca do alargamento ou da cedência de quotas a novos municípios nesta fase do processo, qual é a opinião àcerca do alargamento a Ovar e a Vagos? isso vai ou não vai alterar a correlação de forças na Associação, em desfavor de Aveiro? Penso que se é verdade que deve existir solidariedade é também verdade que a responsabilidade de um concelho que é maioritário num processo deve ser salvaguardada ou pelo menos respeitada a sua opinião.

Referiu que se trata de um problema demasiado complexo para ele se passar sem que a Assembleia tenha oportunidade de se pronunciar e não sendo uma exigência legal é pelo menos uma exigência da maior importância política e devia ser claramente afirmado. Por isso a exemplo daquilo que o Vogal Rosa Pires já teve oportunidade de propôr, proponho que o "Plano da Ria" seja objecto de discussão em Comissões nesta Assembleia; o "Sistema do Carvoeiro" ser objecto de uma discussão em condições. Acho que é fundamental que esta Assembleia seja dinamizada, não apenas na perspectiva dos interesses e necessidades da Câmara, mas da própria iniciativa da Assembleia Municipal. É absolutamente urgente que a Comissão de Representantes de Agrupamentos Políticos faça uma reunião e que marque as Assembleias que necessitar para que este e outros assuntos sejam devidamente escalpelizados.

Usando da palavra o Sr. Presidente da Mesa, esclareceu que relativamente ao parecer da A.N.M.P., sobre as alterações que estão

previstas para o Decreto-Lei 390/82, até ao momento nada lhe chegou às mãos que diga respeito ao referido documento, resultando disso a impossibilidade de ter agendado a matéria para uma sessão deste órgão.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Raul Martins, começou por se referir ao estado de degradação em que se encontram os pavimentos das ruas da nossa cidade, considerando que isso é uma vergonha e que urge reparar o mais rapidamente possível.

Atendendo também a que nalguns casos o Sr. Presidente da Câmara, normalmente tem explicado esta situação, alegando que ainda não foram ainda aceites as reposições de pavimento etc., quis saber se no caso concreto do troço da Rua Cega em S. Bernardo, recentemente objecto de pavimentação com massa asfáltica, se a obra foi ou não aceite pela Câmara, isto porque, se obras como aquela que estão em péssimo estado foram aceites, disse poder começar a duvidar ou da competência de quem as aceita ou ainda permitir-se pensar outras coisas bem piores.

No uso da palavra o Vogal Neto Brandão quis saber se a Câmara tenciona continuar a autorizar a colocação de "placards" publicitários nas rotundas, dificultando a visibilidade ao trânsito que circula nessas rotundas e contrariando ao mesmo tempo aquilo que estipula o Código da Estrada.

Usando seguidamente da palavra a Vogal Virgínia da Silva Veiga, fez a seguinte intervenção: - " Pegando um pouco nas intervenções anteriores, julgo que é hora e de uma vez para sempre que os munícipes de Aveiro se perguntem efectivamente como estará o nosso concelho dentro de dez, dentro de vinte, dentro de trinta anos.

Esta pergunta que deve ser feita pelos munícipes, deve ser respondida aqui por nós deputados municipais, com as informações devidas a fornecer pela Câmara de uma forma clara.

Concordo em absoluto que deve ser agendado a muito curto prazo um debate efectivo sobre o futuro de Aveiro, sobre o que será Aveiro amanhã.

Evidentemente que o Vogal Salavessa trás aqui parte disso mesmo, ao pôr a questão de não se tratar aqui da alteração do decreto-lei 390/82, ao pôr aqui a questão da Câmara não nos trazer de forma clara e precisa o que se passa com a Associação de Municípios do Carvoeiro e com toda essa questão.



Quer isto dizer que em meu entender e acho que ficou aqui de forma clara até este momento que nós aqui na Assembleia Municipal da capital do distrito, estamos a tratar das questões e de uma forma e com respostas que mais parecem as de uma Junta de Freguesia, colocando pequenas questões a que temos pequenas respostas e não grandes questões a que saibamos dar grandes e efectivas respostas.

Uma das questões também aqui levantadas foi a questão do trânsito de Aveiro e aquilo que eu vou dizer agora porque me considero em parte culpada pela informação negativa da opinião pública nesse aspecto, é a questão de toda a política de trânsito. Nessa política de trânsito está em ligação àquilo que aqui nos trás hoje, ao Cojo, a chamada questão da Ponte de Pau.

Mais uma vez a Câmara Municipal de Aveiro, faz um projecto todo ele voltado para o congestionamento futuro da cidade em termos de trânsito automóvel - os peões foram completamente ignorados! os velocípedes e todo o trânsito em segurança para crianças e jovens e para estudantes universitários, foram completamente ignorados! e no entanto não o podiam ser, se a Câmara falasse verdade ao pensar que o Centro Cultural e de Congressos será um Centro de Cultura, quando diz que tenciona transformar o Mercado Municipal num Centro de Cultura. Se vamos transformar aquele centro da cidade num centro cultural, como pode ignorar-se o principal meio de acesso não poluente, àquele ponto da cidade e como pode ignorar-se e mais que isso, mentir-se, porque eu escrevi um artigo num jornal desta cidade que intitulei "Alto Nível", depois de ouvir o Sr. Presidente da Câmara Municipal, nesta mesma Assembleia prometer em absoluto que seria considerada a questão dos peões e a questão dos ciclistas e quando levanto estas questões falo também de todos aqueles meninos e meninas que têm que circular no interior da cidade, com o respeito pelo tempo de trabalho e vida dos próprios pais, que assim ficariam livres de os levar às escolas e aos próprios infantários se necessário fosse.

Quando se fala em vias especiais para bicicletas aqui nesta cidade e eu tenho tido a preocupação de me dirigir aos serviços técnicos para saber o que se passa a esse nível, normalmente isto é tudo entendido um bocado como se fosse uma espécie de proposta à moda do Macário Correia em Lisboa. Aveiro não é Lisboa, Aveiro é uma cidade plana,



Aveiro é uma cidade que tem uma média de dois velocípedes por pessoa e que estão guardados nos respectivos arrumos, porque a Câmara não dá condições efectivas de serem utilizados. Fui há dias abordada por um estudante da Universidade que está a fazer um trabalho nesta matéria e um inquérito público e as pessoas protestam porque de facto não andam neste tipo de veículos porque não têm condições de segurança.

O centro da cidade de Aveiro vai ter uma Ponte, sobre cujos pilares afinal de contas não está ainda nada concretizado, vai ter uma ponte que apenas se virará para o trânsito automóvel poluente e congestionante, em vez de se virar para a utilização de peões, de pessoas e de jovens, para segurança e para tranquilidade dos próprios pais.

Faço lembrar também uma última questão: não me venham dizer como dizem sempre que não há soluções de continuidade; tive o cuidado de ir aos serviços técnicos chamar atenção para o facto de, desde o cemitério que está junto do Pingo Doce, até ao centro da cidade, haver espaço para fazer uma Pista absolutamente contínua, com possibilidades de projecção até Aradas e com possibilidades de ligação ao campus universitário. Mais uma vez se voltam as costas ao centro universitário onde já existe esse tipo de vias, mais uma vez se esquece que esta via proposta desta maneira - mas façam o melhor que souberem - é o que lhes sei dizer por que fui estudar, esta via vai atravessar todo o dormitório do bairro do Liceu, que é hoje um dormitório de jovens Universitários. Isto é a política que nós sabemos hoje e que nos permite responder com os meios que nos dão hoje, mas que permite aos munícipes perguntar e infelizmente também já saber responder, que repercussões terá para Aveiro para daqui a dez, vinte ou trinta anos. A resposta é infelizmente simples vamos continuar assim! o congestionamento e evidentemente os projectos de betão voltados contra a qualidade de vida das pessoas em absoluto e voltados contra a própria opinião que eu sei que existe de pelo menos um Vereador da Câmara, de pelo menos um Presidente da Assembleia Municipal que eu gostaria também de ter ouvido."

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, disse que não iria fazer comentários, que está em desacordo e que várias vezes tem insistido em criar esses circuitos não só dentro da cidade como também fora da cidade e nomeadamente para as praias. Todavia não sabe se se vai conseguir alguma coisa dado que havia uma perspectiva, porém não

sabe se depois essa perspectiva corresponderá totalmente à realidade. De qualquer maneira referiu que há um esforço por parte da Câmara nesse sentido.

Seguidamente o Vogal João Barbosa, apresentou a seguinte proposta:

*"PROPOSTA*

*Proponho que os lugares de estacionamento de automóveis existentes no centro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, sejam exclusivamente e através de identificação apropriada, destinados aos moradores desta Avenida."*

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu a admissão da proposta à votação da Assembleia, tendo a mesma sido admitida para ser discutida no final deste período de antes da ordem de trabalhos, por vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções.

Entretanto e dado que mais pessoas se inscreveram para falarem neste período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa, chamou atenção para a necessidade de se respeitar o período de tempo concedido pelo Regimento da Assembleia.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, depois de tecer várias críticas ao comunicado emitido pelo PP relativamente ao PDM, chamou atenção para a necessidade da Câmara se debruçar sobre uma questão ainda decorrente das alterações que foram introduzidas no PDM, isto porque, disse julgar que essas alterações não estão a funcionar em pleno não sabe se por má interpretação dos serviços, ou se pelo facto do documento aprovado neste órgão não estar ainda a circular nos gabinetes onde as decisões são produzidas.

O que de facto se tem passado é que algumas alterações que são muitíssimo importantes, nomeadamente nas zonas rurais, não estão a ser contempladas nos despachos de obras sobre requerimentos referentes aquelas zonas, nomeadamente afastamentos em relação a extremas, nomeadamente a formas de tratamento das construções praticadas como anexos e outras semelhantes.

Disse ter notícias da parte de munícipes das zonas rurais que existem interpretações que supõe não estarem de acordo com aquilo que decorreu dos trabalhos da Comissão, solicitando por isso ao Sr.

Presidente da Câmara o favor de mandar averiguar se as alterações introduzidas no dito documento estão realmente a ser aplicadas, pois as notícias que tem das freguesias rurais é de que realmente há atrasos, há dúvidas com interpretações, sendo esses atrasos e adiamentos muito lesivos dos interesses dos munícipes.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Joaquim Silveira, começou por dizer que não era sua intenção intervir nesta fase, no entanto a intervenção do Vogal Jorge Nascimento como representante do PP, obriga-o a tomar uma posição, muito embora se tivesse dirigido essencialmente em relação ao PSD.

O Vogal Jorge Nascimento referiu que muitas vezes as bancadas estão a fazer oposição por oposição, estarão no fundo a fazer oposição como recreação espiritual, o que é falso. É falso fundamentalmente porque a bancada do Partido Socialista não o tem feito nesse sentido.

Salientou que, sempre o Partido Socialista interveio para criticar ou chamar atenção para pontos negativos de documentos, ou deliberações tomadas quer pelo Executivo Municipal, quer pela própria Assembleia Municipal, quando realmente se tratava de pontos negativos. Por isso, referiu que a bancada do PS não pode deixar de insurgir-se energicamente contra tal afirmação da bancada do PP.

Vogal Vitor Mangerão:

" Pessoalmente discordo plenamente e manifestei-o na altura própria, há semanas que o venho manifestando, quanto à necessidade, há oportunidade, ao interesse, que não há legitimidade das intervenções dos meus colegas de bancada particularmente, quanto a um comunicado que o CDS-PP há tempos fez e distribuiu nalguma imprensa local.

E isto porque, eu entendo que o que há de maids difícil nestas coisas da vida municipal, mais do que na vida política nacional, porque a vida municipal toca-nos directamente, o que há de mais difícil é nós gerirmos exactamente a dialéctica entre o: "quem não se sente não é de boa gente", ou: "não vale a pena chatear-se com isso porque não merece" e eu desde o princípio disse - não merece ! não vale a pena! cada um diz o que quer! e uma força partidária escreve uma coisa que eventualmente contradiz o comportamento dos representantes dessa força



partidária num órgão autárquico - o problema é da força partidária - nós enquanto membros do órgão autárquico temos o local próprio, a discussão própria, os argumentos próprios, não vale a pena discutirmos, a não ser que queiramos entrar também no esquema da dialéticsinha partidária. Então era um comunicado do meu partido a responder ao comunicado daquele partido e não a discussão aqui. Eu interpreto assim as coisas - cada um merece aquilo que escreve e a repercussão efectiva que tem na opinião pública. E eu fiquei descansadíssimo com esta opinião porque vi que a opinião pública de Aveiro tirou as conclusões que pôde tirar e foram muitas de todo o processo PDM. E as que há por tirar elas virão ao de cima paulatinamente para mal dos nossos pecados, pouco a pouco no futuro imediato que já começou hoje.

Só quero acabar com isto, há um relacionamento que em nome dos interesses de Aveiro que cada um sente à sua maneira, mas todos o sentimos, há um relacionamento que felizmente ultrapassa os esquemas formais dos espartilhos partidários.

Agora o que eu digo é uma coisa, não venham as tentações de fazer demagogias locais, estragar o que às vezes é extremamente difícil de conseguir nesses encontros, nessas procuras de consenso, nessas buscas de soluções em nome dos interesses que são de todos e portanto o que eu faço aqui, sem querer armar em paternalista nem moralista, não é essa a minha vocação nem o meu jeito, é só apelar por uma última vez e faço-o directamente ao CDS-PP, porque das forças representadas nesta Assembleia e não só deste mandato como no anterior, infelizmente é o partido que é reincidente em atitudes deste género e que mais do que uma vez provocaram para além do mais, o desgosto, uma frustração, uma chatice, do lado da famigerada oposição que tantas vezes se esquece de ser oposição, porque acha que é mais importante, mais válido, ser posição de progresso e de dinamismo para esta terra. É esse apelo que eu faço - contenham-se! não caiamos na mediocridade de que algumas Assembleias são palco por esse país fora. Apesar de todos os nossos problemas, das nossas limitações, temos dado alguns exemplos muito bons. Os momentos são muito difíceis e o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara sabe muitas coisas que não dizem aqui, se calhar porque não podem, não querem, não devem neste momento, mas se calhar deveriam dizer - não é isso que está em causa!



isto é só para dizer que o momento é muito difícil e é para nos unirmos todos por cima daquilo que nos divide e não para jogarmos às divisões para provocar a impossibilidade de andarmos para a frente."

Vogal Diogo Machado:

"Peço a esta Assembleia que mantenha o nível elevado como um elemento do PSD disse há pouco. Que mantenha o nível elevado que sempre tem patenteado e que deixe lá fora os problemas da gestão do dia a dia de cada um dos partidos, esses problemas competem única e exclusivamente como muito bem aqui foi referido por um antecedente orador, competem única e exclusivamente e são da única e exclusiva responsabilidade das Comissões Políticas Concelhias ou como lhe queiram chamar cada um dos partidos. A Comissão Política Concelhia do CDS-PP, entendeu fazer um comunicado cujo teor todos vós já conhecem, não é a mim que me compete comentá-lo aqui; não será certamente a vós que também isso vai competir - há esferas próprias para isso, há lugares próprios para isso - por favor meus Srs, vamos manter o nível elevado."

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, a intervenção que aqui veio àcerca da separação entre as questões do partido e as questões da Assembleia, não pode existir quando o assunto diz respeito à actividade da Assembleia. O comunicado em causa foi explícito àcerca da actividade da Assembleia.

Penso que mais grave do que o comunicado e queria deixar isto de forma muito clara, foi a forma como se utilizou a figura da declaração de voto por parte do Sr Dr. Simões Dias para fazer uma intervenção de fundo àcerca do PDM, que se tivesse sido produzida mais cedo, talvez tivesse tido consequências muito desagradáveis."

Vogal Jorge Nascimento:

" Devo dizer que me choca profundamente esta posição acabada de assumir. Que toda a gente fique ciente e doravante, que a CDU se houver qualquer declaração que a melindre, que não se refira ao mérito ou ao demérito das questões, que votará num sentido ou no outro consoante essa posição - foi o que eu entendi, se bem entendi foi assim.

O Sr. Salavessa, representante da CDU neste plenário, acaba de nos dizer e ofender e chocar profundamente, porque ao referir que se aquele comunicado do Sr. Dr. Simões Dias, tivesse sido antes da votação,

o Sr. teria votado contra! eu não posso admitir isso! porque entendo que os membros desta Assembleia o fazem com seriedade quando votam os problemas que interessam ao município, não posso admitir isso como posição nesta Assembleia, qualquer que ela seja."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, declarou aberta a discussão da Moção apresentada no decurso da reunião pelo Vogal Diogo Machado.

Vogal Raul Martins:

"Estou muito satisfeito por sentir que a juventude aqui representada pelo Sr. Diogo Machado, tanto se preocupa com os problemas da palmeta.

Queria algumas informações adicionais que me fossem facultadas pelo Sr. Diogo Machado, no sentido de em consciência poder votar favoravelmente essa Moção. As coisas que eu lhe queria perguntar para ver se me podia ajudar nesse sentido eram as seguintes: em primeiro lugar, se tem ideia de quem é que pela parte portuguesa negociou a política com as pescas que conduziu ao desmantelamento da frota nacional.

Vogal Diogo Machado:

"Essa política foi negociada na NAFO"

Vogal Raul Martins:

"Então eu gostava de saber, já agora se me permite, mais ou menos qual é a quantidade de palmeta que os navios portugueses pescam por ano e qual mais ou menos o seu valor económico?"

Depois gostava de saber, uma vez que tanto invocou isso, quantos são os navios de pavilhão português que frequentam essa zona de pesca a 2J3KL, e já agora se me é permitido, também gostava de saber quais são as outras espécies que portanto aqui funcionam como "by catch", para poder decidir em consciência, não vá o Sr. Diogo Machado ter feito uma proposta não popular como lhe competiria, mas populista, e é com toda a franqueza como costuma dizer o líder do seu partido, que eu lhe apresento estas questões.

Vogal Salavessa:

"Talvez ande um pouco distraído, gostava de ter uma noção exacta de quais foram os incidentes com os navios portugueses, quais as

ilegalidades, qual é a ofensiva do Canadá de concreto em relação aos barcos portugueses?"

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, eu só queria expressar a minha opinião sobre, primeiro: o nível a que esta Moção vai atingir; é um assunto que está neste momento em discussão não só a nível nacional, como sobretudo a nível comunitário que é a sede onde este assunto se pode derimir, esperemos que pacificamente e alertar para a possível inoportunidade de uma Moção com este teor, nascida de uma Assembleia Municipal de uma cidade que percebe e tem obrigação de perceber de pescas. O problema tem muitas vertentes, desde a económica à militar etc., mas nós não podemos dar tiros nos pés. É sabido que a atitude do Canadá foi uma atitude de oportunidade, o problema do alargamento da zona económica exclusiva é um problema que está a ser discutido não a nível europeu, mas a nível mundial na ONU e foi essa oportunidade que foi apanhada com as duas mãos pelo Canadá e o argumento que foi lançado, foi o da preservação das espécies, que infelizmente foi acompanhado de acções intimidatórias - concordo com essa perspectiva da Moção - isso é condenável à partida! só que a posição portuguesa e nós temos um grande peso na posição portuguesa, que são os pescadores de Aveiro, é que o argumento da preservação das espécies pode hoje aproveitar o Canadá, mas pode amanhã ser utilizado não para a preservação da palmeta, mas para a preservação do que já foi chamado na imprensa, da sardinha e do carapau, porque nós vamos ter provavelmente dentro de pouco tempo um problema semelhante ao Canadá, só que não temos os vasos de guerra nem o aparelho militar do Canadá e, o possível conflito não vai ser com um longínquo país do sul da Europa, mas provavelmente com os nossos vizinhos espanhóis. Daí eu temer que uma posição destas possa trazer mais inconvenientes à posição portuguesa do que vantagens. Até agora as agressões de que temos sido vítimas não têm sido nem atingido o nível das que foram produzidas em relação a Espanha, mesmo assim o argumento já defendido por algumas personalidades responsáveis portuguesas de que devemos mandar meios navais para a zona, ao contrário do que se possa pensar não foi essa a atitude da Espanha, a Espanha mandou de facto um vaso de guerra, mas a atitude agressiva foi mitigada pelo facto de dentro desse navio de guerra seguir uma inspecção



comunitária, a atitude não foi um acto de guerra, foi feito a coberto de uma atitude de inspecção nem sequer nacional espanhola, mas de uma atitude de inspecção a coberto da comunidade europeia. Eu suponho portanto que era de ponderar muito seriamente a aprovação de uma Moção deste tipo, se bem que repito tem aspectos que têm a minha concordância."

Vogal Olinto Ravara:

" Sr. Presidente eu estou um bocado na dúvida sobre a seriedade e a bondade desta Moção. Como membro da Assembleia da República devo informar os presentes que nós tomámos uma posição inequívoca por todos os partidos de repúdio desta agressão do Canadá e inclusivamente tendo sido eu instado pela Sra. Embaixadora do Canadá para que fosse recebida na Assembleia da Republica para poder explicar o ponto de vista do Canadá, nós entendemos não receber a embaixada do Canadá enquanto não fosse libertado o navio espanhol e não fosse reposta a legalidade que como sabemos foi gravemente ferida ao fazerem-se as ameaças e ao fazer-se o apresamento sobre o navio espanhol e ao fazerem as ameaças genéricas a todos os navios portugueses e espanhóis que estavam a operar na zona.

O nosso entendimento é de que de facto qualquer atitude militar é uma atitude provocatória e a ser tomada, teria que ser tomada no âmbito da política europeia de segurança comum, portanto teria que entrar a União Europeia Ocidental e nunca Portugal enquanto membro isolado ou a Espanha, que mandou um vaso de guerra sem missão militar, apenas com funções de fiscalização e de apoio logístico, mais nada, porque de facto é incrível que alguém possa pensar e afirmar publicamente que a atitude incisiva do Governo Português, que na Moção não está dita, mas está subentendida, que era de mandar para lá vasos de guerra. Isto é uma atitude demagógica e altamente irresponsável que é bom que fique bem claro. Nós temos que dialogar, somos adeptos do diálogo, entendemos que as instâncias comunitárias a quem incumbe em primeira instância e evidentemente que Portugal como membro da União Europeia tem obrigação de defender os interesses dos pescadores portugueses mas também tem que se solidarizar com os espanhóis, assim como entendemos ser um dever recíproco, todos os países da União Europeia solidarizarem-se com os pescadores portugueses e espanhóis que foram vítimas desta agressão. Portanto parece-me que tem que ser ao nível da Comissão e ao



nível da Comissão Europeia e ao nível do Conselho Europeu que esta questão tem que ser resolvida e portanto é esta a posição, devo dizer que foi criado um gabinete de crise pelo governo Português, o Ministro do Mar tem acompanhado dia e noite em colaboração com os armadores a situação a evolução dos acontecimentos e tem dado o apoio logístico possível nesta situação.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Diogo Machado que são as seguintes: se sabe qual era a malha que estava nas redes do navio aprisionado; o que é que constava do acordo com o Canadá, se é que existe algum acordo com o Canadá e que artigo desse acordo é que foi violado, porque eu não cheguei a perceber essa parte do acordo. Dá-me a impressão que existe uma hipótese de um acordo que nunca foi ratificado pelo Canadá e que portanto nunca chegou a entrar em vigor. Como tenho dúvidas relativamente a isso, gostava que o Sr. Diogo Machado me respondesse."

Vogal Fernando Rocha Andrade:

"Tinha dois pedidos de esclarecimento: um era ao Dr. Olinto Ravara. De onde é que vem essa afirmação que eu sinceramente pode ser lapso meu, mas eu não ouvi nesta discussão nem na Moção, à cerca de críticas ao governo por não ter enviado a Marinha Portuguesa, ou vasos de guerra ou atitude bélicas para o Canadá que eu creio que não é isso que está em causa.

A segunda questão é ainda para o Dr. Olinto Ravara e um pouco extensiva ao meu camarada Raul Martins, se entendem que o que está em causa é uma questão de pescas ou é uma questão de convenções internacionais de direito do mar e eu aí aproveitava para lhe dizer que os artigos violados neste caso é a Convenção de Montegueau para 1982, que fixa os direitos de navegação em alto mar e os limites de zona económica exclusiva."

Vogal Vitor Mangerão:

"Por mim o problema está em saber se a Assembleia Municipal a partir do texto da Moção está a ser pedido que se declare sobre uma situação de pré-beligerância com o Canadá ou para nos debruçarmos em termos de solidariedade para com uma situação de dependência, de sofrimento, de crise económica do sector das pescas português. É que da maneira como as coisas estão a ser tratadas já não

percebo bem e como não sou especialista nem de questões militares nem de questões de pesca, fico sem saber exactamente qual vai ser o meu sentido de voto daqui a bocado se isto não for muito bem esclarecido. Há questões dadas como adquiridas no texto da Moção que eu, mesmo que simpaticamente queira aderir a uma intenção boa da Moção, não posso subscrever, porque não gosto de subscrever coisas sobre as quais não tenho a certeza.

A propósito, no fim de semana passado um elemento por acaso do PP que está neste momento no Parlamento Europeu, aliás ligado à Comissão no Parlamento dedicada às pescas, teve ocasião de afirmar publicamente numa rádio local que, quanto a este problema Portugal tinha que ter a maior delicadeza no seu tratamento, até por isto - porque os espanhóis momentaneamente estão envolvidos numa questão comum connosco, mas os assuntos de Portugal, particularmente o sector de pescas tem que ser tratado diferentemente da forma como os tratam e como os espanhóis querem tratar, o que significa que temos que ter muito cuidado nisto. Espero por isso os esclarecimentos antes da votação."

Vogal Carlos Santos:

"Penso que este assunto é um assunto sério e que nós devíamos ponderar seriamente sobre ele. Em situação normal penso que talvez há uma semana atrás, Aveiro seria o sítio certo para apresentarmos uma Moção desta natureza.

Neste momento estão a pescar trinta e oito embarcações de Espanha, onze embarcações são nacionais, das onze embarcações nacionais, dez são de Aveiro e uma é de Viana do Castelo. Aveiro por essa razão, há uma semana atrás seria o sítio certo para tomarmos uma posição com força. Neste momento tenho sérias dúvidas que o interesse nacional justifique a aprovação de uma Moção destas. Tenho que dizer que foi uma das únicas vezes em que vimos as autoridades portuguesas e os agentes económicos perfeitamente de acordo, foi das poucas vezes em que vimos uma grande solidariedade. Devo dizer também que foi perfeitamente notável o comportamento da comunidade europeia, Emma Bonino, Comissária das Pescas, disse na altura própria que isto era um acto de pirataria internacional. Foi esta força que deu origem a que o arrastão espanhol tenha sido libertado sem qualquer concessão. Há três

dias, foi notável a participação em Vigo de uma grande manifestação e com Portugueses, nessa altura a tomarem uma posição de força.

É impressionante a pressão da fiscalidade Canadiana sobre as embarcações. Tenho que dizer que diariamente os nossos arrastões são inspecionados e a pressão é tremenda.

Penso que os arrastões nacionais precisam é de paz, precisam de muita paz e penso que nesta altura não interessa rigorosamente a ninguém que esta Moção seja aprovada.

Se o CDS avançar com esta Moção, pedirei à minha bancada para não a votar. O PS tem demonstrado muito bom senso e por isso acredito que não apoiará uma Moção desta natureza. Pedia ao CDS, porque acredito que esta Moção não ajuda os armadores, há uma semana atrás teria força e teria sentido, hoje tenho sérias dúvidas de que esta Moção tenha interesse para Portugal e especialmente para a comunidade aveirense, porque como disse, dos onze arrastões nacionais, dez são da nossa região."

Vogal Cruz Tavares:

"A última intervenção da bancada do PSD, lança uma proposta que eu peço à bancada do CDS que tenha em atenção. Dissemos que realmente esta Moção pode provocar mais prejuízos do que benefícios. Suponho que parte da bancada do PP esteja de acordo com isto, mas a inversa ainda é pior, ou seja, se o PP mantiver esta Moção e ela não fôr aprovada, ainda é pior! daí o meu apelo para uma ponderação por parte da bancada do PP no sentido de aceitar a proposta da bancada do PSD de colher aquilo que por parte da oposição já foi feito, o apoio a parte de Moção e retirá-la de maneira a que a parte negativa não venha a pesar mais do que a parte positiva."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados: quanto a uma possível clarificação desta Moção ou a uma quantificação desta Moção numa situação de pré-beligerância e quanto à maior ou menor delicadeza a utilizar no tratamento desta questão, realmente delicada, não se fala nem se subentende em algum instante desta Moção em alguma palavra desta Moção que se advogue por parte da bancada do Partido Popular uma situação de pré beligerância - nada disso está nos nossos horizontes, não são esses certamente os nossos objectivos! espero que as outras



bancadas das outras representações políticas aqui presentes, nos concedam pelo menos esse benefício da dúvida - não é nada disso que está nem nunca esteve nos nossos objectivos! nunca advogaríamos uma posição de pré-beligerância, nunca advogaríamos uma situação de agressividade para com o Canadá, porque sabemos, temos consciência que uma situação desse estilo provocaria de certeza uma reacção ainda mais forte.

As intenções que presidiram à elaboração desta Moção foram claramente, demonstrar solidariedade e demonstrar aos pescadores portugueses que estão em águas longínquas, de que o concelho de Aveiro, a comunidade aveirense estão ao lado deles sem prejuízo de qualquer tipo de negociações ou qualquer tipo de acordos que se possam vir a fazer.

Gostaríamos ainda de dizer que, depois dos esclarecimentos prestados não pela bancada do PSD, mas pelo Eng<sup>o</sup> Carlos Santos, não vejo o menor problema neste momento e porque me garante e sei que é um homem directamente relacionado com este tipo de problemas e porque me garante, e eu sei que está aqui tão de boa fé como eu estou e como nós estamos, não vejo qualquer tipo de problema em que, se esta Assembleia entender e assim se pronunciar, retirar esta Moção - não porque ela significasse uma situação de pré-beligerância, não porque ela pudesse vir a significar uma situação de reforço à agressividade em relação ao Canadá, não porque ela viesse a querer dizer que nós teríamos que enviar para lá as fragatas "Meco" que custaram não sei quantos milhões de contos - nada disso! simplesmente, porque se alguém directamente relacionado e que vive em confronto directo com estas realidades me garante de boa fé que esta Moção nesta altura é prejudicial, então porque nós também estamos aqui de boa fé, eu lhe digo Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Santos e comunico a esta Assembleia Municipal, que não vejo o menor problema em a retirar agora, mas esses são argumentos sérios e a esses como esta Assembleia pode ver nós somos sensíveis."

Presidente da Mesa:

"Não compete à Assembleia tomar qualquer atitude em relação à exclusão da Moção, unicamente compete ao preponente da Moção, manter ou retirar a Moção."

Vogal Diogo Machado:



"Então o preponente da Moção, em nome da bancada do PP e por aquilo que já expôs, retira a Moção."

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação da proposta do Vogal João Barbosa, o qual, depois de algumas explicações de carácter legal dadas pelo Sr. Presidente da Mesa, disse oralmente que transformava a proposta apresentada numa recomendação à Câmara Municipal.

Entretanto saiu da sala o Vogal Vitor Martins.

Vogal António Salavessa:

"Quando foi o processo do primeiro Regulamento de Parcómetros na cidade ficou claro que por parte da Assembleia quando da aprovação, que os interesses dos residentes deveriam ser salvaguardados através de áreas de estacionamento não pago que coabitassem com as zonas de estacionamento pago; ora o estacionamento central da Avenida ao ficar sem parcómetros, penso que correspondeu nessa zona que foi a primeira, a esse objectivo; nas outras zonas em que foram instalados parcómetros não me parece que esse cuidado tenha existido. Mais do que levantar a questão da Av. Lourenço Peixinho, onde existem já áreas de estacionamento livre no meio dos passeios ou na zona central, é de nas outras zonas em que estão a ser colocados parcómetros não ter havido um cuidado semelhante ao que existe na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o que cria já de si uma diferença de tratamento entre os habitantes de uma zona e os habitantes de outra zona. Por outro lado, considero que na Av. Lourenço Peixinho, o que ali está, de alguma forma corresponde ao essencial da necessidade. Penso que ao fixar um espaço para um carro através da utilização de matrícula, podemos estar a criar zonas que ficam livres grande parte do dia, quer dizer, se um residente tem direito a um automóvel, sai dali às oito da manhã ou às nove da manhã para ir para outra localidade e que se desloca com o seu carro, aquele local fica vago, penso que não é assim que se resolve o problema.

Finalmente queria deixar uma outra questão que vem a propósito e que é a questão do fim das árvores no espaço de estacionamento central na Av. Dr. Lourenço Peixinho. Foi compromisso da Câmara quando reduziu o espaço dos passeios e deitou abaixo árvores na Av. Dr. Lourenço Peixinho, para se fazer aquele estacionamento central, houve o compromisso de plantar árvores e deixar árvores ali. É evidente

que essas árvores nunca foram defendidas, portanto foram plantadas, mas a maneira como foram plantadas e como não foram defendidas, levou a que elas fossem sistematicamente deitadas abaixo. Penso que se perdeu uma guerra e que a guerra devia ter sido feita com a criação de barreiras que fossem de facto mais fortes e que impedissem que as árvores fossem abaixo, mas acho que não havia interesse efectivo nisso. Disse-se na altura que se fazia assim para que as árvores crescessem, mas que a vontade foi de que as árvores fossem todas abaixo para agora fazer o que se fez agora, tapou-se, pavimentou-se, acabou, as árvores estão mortas e o compromisso da Câmara também ficou morto."

Vogal Vitor Mangerão:

"Lastimo muito não poder dar o meu voto linear e peremptório a uma proposta que em si mesmo eu considero positiva na sua intenção e na sua substância. E só não posso porque ela tem de ser enquadrada numa proposta mais global de revisão e de ponderação dos problemas do trânsito na cidade, é uma pecha velha desta Assembleia. Eu compreendo perfeitamente isto - como disse o Sr. Salavessa, já no mandato anterior foi equacionada esta questão sobre os direitos adquiridos, até do ponto de vista moral, mas também do ponto de vista sociológico dos habitantes e ocupantes das zonas, ou seja por exemplo os profissionais que têm ali as suas instalações, das zonas que foram submetidas a este control dos parómetros, isso não foi ouvido. Há outras localidades onde essa nuance foi assumida e porquê? até por isto - nós estamos a lutar pela não desertificação de certas zonas da cidade e tudo quanto seja dificultar aos habitantes dessa cidade o permanecerem lá enquanto habitantes efectivos contraria essa filosofia. Hoje o automóvel é aquele fatalismo inelutável que nós conhecemos e que temos que viver com ele e há soluções para se fazer a sua arrumação, sobretudo se se prevêm. A questão dos parómetros foi um bocado feita à pressão e continua a ser não regulamentada adequadamente. Portanto essa situação, é uma situação perfeitamente legítima em termos de ser levantada, mas deve ser equacionada no plano geral do trânsito, do tráfego dentro da cidade. No outro mandato falou-se ciclicamente que andava um estudo a ser feito para isso. Ciclicamente os Planos de Actividades previam os estudos para a instalação de silos auto. Neste momento parece que há um estudo encomendado a uma empresa especializada. Parece que já reuniu outra

vez depois de um largo interregno, uma "famosa" Comissão Consultiva de Trânsito, interregno que se deu não sei porquê! mas com graves inconvenientes e nenhuma vantagem de certeza absoluta! há no trânsito em Aveiro uma série de questões medíocres que podem ser resolvidas pontualmente e que na soma dessas resoluções pode aliviar imenso a chatice que é o trânsito em Aveiro. Não é pretender demais, Aveiro ainda é uma cidade pequena - se houver boa vontade, se houver dinamismo, se houver bom senso, há uma série de pequenas coisas que se resolvem, as grandes coisas já não se resolvem assim - essas que sejam programadas."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Em termos breves apenas para subscrever na essência, em absoluto as palavras que aqui foram proferidas pelos dois antecessores. Evidentemente para me congratular pelo facto de ter vindo da bancada do Partido Socialista a síntese final dos trabalhos que foram feitos hoje nesta Assembleia, via Presidente da Junta de uma das mais importantes Juntas de Freguesia do nosso concelho. Isto porque a proposta do Vogal João Barbosa teve a vantagem de resumir tudo o que aqui se fez. Ao levantar o problema do estacionamento no coração da cidade, levanta outra vez a questão que aqui foi levantada por mim, relativamente à falta de planeamento e política de trânsito revelada pelas propostas e projectos que têm sido apresentados pelo menos até agora, relativos à chamada Ponte de Pau e andando um pouco ainda mais para trás naquilo que hoje aqui foi dito, levanta a questão que foi levantada pelo Dr. Rosa Pires, de como é que estará designadamente em matéria de trânsito a cidade daqui a dez, quinze ou vinte anos e levanta outra vez a questão: o ovo 2 que foi a questão do PDM. Em resumo estas breves palavras que vinham nesta proposta agora tornada recomendação à Câmara, traduz em síntese todo o problema que nós aqui temos, que é o problema de um mau PDM, de uma falta de política global para o trânsito da cidade, de uma política específica de apoio ao incentivo do uso do automóvel, que é como quem diz, do uso e da necessidade do seu estacionamento, sem que haja uma política paralela de construção de silos e isto se os aveirenses tivessem perguntado com esta política como é que estavam exactamente, se tivessem feito essa pergunta no primeiro dia em que votaram no CDS para esta Câmara, se calhar se tivessem pensado bem saberiam a resposta."



Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho sobre esta proposta, não ideia muito diferente da já aqui expandida. Penso que esta proposta tem o mérito de focar o interesse dos moradores de determinadas zonas da cidade e concretamente da Avenida. Recordo que quando este problema foi versado nesta Assembleia e começou a sê-lo pela Avenida no tempo da Vereação do Sr. Coronel Martinho, responsável então pelo pelouro do trânsito, se ponderou o interesse dos moradores da Avenida e por isso mesmo na faixa central ficaram locais de estacionamento que ainda hoje perduraram gratuitos. Isto é muito lindo dizer que os moradores devem ter todo o espaço, estou de inteiro acordo, mas recordo que o estacionamento é um bem escasso e portanto há que gerir o estacionamento - é um bem escasso para os moradores, como é um bem escasso para quem precisa de acorrer e utilizar os serviços instalados na Avenida. Portanto toda a gente recorda e faz valer aqui os direitos dos moradores, e eu pergunto e os direitos dos utilizadores?"

Penso que o bom senso desta Assembleia deve ter a ideia de equilíbrio de que também os utilizadores precisam de espaço. Creio que na Avenida essa questão está devidamente ponderada com lugares de estacionamento pago e os locais das pessoas que moram ali permanentemente têm a parte central para estacionar.

Se nalguma coisa, no meu entender modesto, o PP podia e pode continuar a pedir meças a qualquer outra gestão de outras cidades, no trânsito e felizmente noutras matérias pode fazê-lo e pode fazê-lo de cabeça erguida, porque nós também visitamos outras cidades e eu digo-lhe que não é mais difícil transitar - pelo contrário - comparativamente transitar em Aveiro ou em Viseu, eu digo claramente apesar do IP5 e do Viseu Norte etc, é mais fácil prepassar o centro de Aveiro do que Viseu e mesmo comparativamente com Coimbra. Devo dizer que Aveiro no meu entender é das cidades onde o tráfego flui com facilidade.

Não quero dizer com isto que é um problema resolvido e que não deve preocupar os autarcas hoje e sempre, é um problema sempre presente este e tem estado presente na autarquia de Aveiro."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, quanto a esta proposta a minha opinião é de que é discriminatória, irrealizável! Logo, permita-me que cite aqui um



Presidente de Junta que normalmente não vem às Assembleias Municipais com inteiríssima razão - o Sr. Manuel Madail de Aradas, diz que vimos para aqui discutir tudo, menos aquilo que verdadeiramente nos interessa - foi o que se passou hoje, estamos aqui há três horas a discutir coisas que são perfeitamente na sua maioria secundaríssimas em relação aos reais problemas do concelho de Aveiro."

Presidente da Assembleia:

"Essa crítica que cada um a entenda como a entender, porque na realidade a Assembleia é feita pelos seus componentes e portanto as pessoas intervêm de acordo com as suas perspectivas e com os interesses que entendem dever defender."

Vogal Diogo Machado:

" Sobre a recomendação do Sr. Barbosa, até porque sou morador na Avenida e é evidente que por esse facto me vou abster, mas louvo a simplicidade da proposta do Sr. Barbosa, em querer única e simplesmente zelar pelos interesses e pelo bem estar dos moradores daquela zona da Avenida, não a considero discriminatória no todo e mais uma vez queria congratular-me por estar nesta Assembleia Municipal a aprender, porque de uma simples proposta para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, se vá por portas travessas ao PDM, ao Plano de Trânsito, a tudo e mais alguma coisa que os Srs. se lembrem."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a recomendação apresentada pelo Vogal João Barbosa, tendo a mesma sido rejeitada por treze votos contra, oito a favor e oito abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal João Barbosa, nos seguintes termos: - "Sr. Presidente, eu na minha declaração de voto queria só lamentar que esta proposta tenha sido reprovada pela maioria de votos contra de Presidentes de Junta de Freguesia e eu só posso dizer que isto é só por inveja."

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara:

" Alguns assuntos aqui focados demonstram uma grande preocupação com Aveiro hoje e o Aveiro de amanhã. É isso que os autarcas sentem também, é isso que o Presidente da Câmara também sente. Estamos permanentemente preocupados com o que pode vir acontecer amanhã, sabemos que o hoje existe não é ainda suficiente e

temos que fazer um esforço comum e muito forte no sentido de trazer para Aveiro aquilo que nos falta, que precisamos e aquilo que merecemos. E nesse sentido foi importante aquilo que aqui foi referido como tudo o mais, mas que eu, naturalmente como Presidente de Câmara acompanharei as propostas aqui apresentadas e naturalmente que a Câmara se envolverá em tudo o que possa acontecer, não digo em reuniões de Assembleia porque estas têm naturalmente uma agenda específica, mas em reuniões que possam levar à discussão sobre os problemas de Aveiro, nós estaremos presentes, porque é acima de tudo aquilo que preocupa os membros de Câmara, o bem estar da comunidade aveirense, o bem estar de uma região porque também sentimos que o Aveiro de amanhã e o Aveiro de hoje já o é, não pode ser sózinho do concelho de Aveiro, tem que ser os concelhos que o envolvem, teremos que alargar essa discussão aos outros concelhos para podermos tirar de facto resultados positivos e assim podermos encaminhar a orientação que a autarquia como executora tem que pôr em marcha e encontrármos de facto os resultados positivos que satisfaçam as nossas necessidades.

É também preocupação que se sente por parte desta Assembleia em participarem na apreciação de alguma legislação, legislação que digo muito francamente e fui informado agora mesmo de que há poucas semanas esse projecto de decreto-lei que prevê a alteração do 390/82, que se refere aos limites de empreitadas nos concursos públicos e que retira competências às Assembleias, segundo foi aqui dito. De facto é verdade terem chegado alterações e penso que a Associação Nacional de Municípios pretende que este assunto seja discutido e sugere às Câmaras Municipais que também ouçam as suas Assembleias, não tendo a Câmara qualquer prurido que isso aconteça.

Falou-se no Plano Ria e no impacto ambiental, penso que deveria ser talvez promovido todo esse trabalho e estudo pela própria Associação de Municípios da Ria, porque julgo que esta Associação congrega os concelhos à volta da Ria e tem de assumir mais do que aquilo que tem estado a assumir até agora; tem estado a fazer um trabalho importante em termos de saneamento, nas chegou a hora de facto desta Associação se voltar para os outros problemas da Ria, em suma para uma dinamização completa em conjunto com a JAPA e com as entidades Portuárias, na defesa da Ria.

Relativamente à degradação de pavimentos e passeios, não vale a pena estar a explicar porque é que eles se degradam. Ouvi há tempos uma afirmação de um Ministro Português, que dizia a propósito dos tapetes asfálticos que se colocam nos pavimentos, que teremos que pensar em voltar aos paralelepípedos para colocar nos pisos das nossas ruas - isto é uma chamada de atenção do Ministro, penso que não irá acontecer - correremos o risco de não termos dinheiro para conservar, para manter tantos quilómetros de tapete. Eu não queria pensar assim, mas a verdade é que eu não tenho dinheiro, também estou já nessa posição, é difícil a vida financeira da Câmara e é uma informação que eu darei a seguir além destas respostas, está neste momento complicada e complicada por razões que são possíveis de esclarecer aqui. É claro que esta degradação atingiu um período mais difícil na medida em que houve a abertura de valas para a colocação da tubagem do gás e da TV Cabo e além disso todos os dias alguém abre valas: ou é a EDP, ou a TELECOM, ou os SMA etc., e é praticamente impossível à Câmara ter equipas suficientes capazes de assistirem a esses problemas. Neste momento a situação está complicada preocupa-nos bastante, está a ser feito um estudo que o Vereador Vitor Silva coordena no sentido de apresentarmos à Câmara esse estudo para efeitos de recuperação de pavimentos, de forma a aproveitarmos ainda a Primavera.

No que respeita à Rua Cega, em S. Bernardo, penso que aquele pavimento deve-se ao facto de ter-se metido saneamento na Rua. Posso dizer também que essa empreitada não está ainda totalmente paga, nem foi recebida a obra, portanto se houver algum problema com esse pavimento estamos a tempo de acudir a essa situação.

Quanto ao trânsito, quando se fez aquele arranjo na Avenida, chegou-se quase à decisão de tirarem as árvores todas, porque se entendia que as árvores estavam a causar danos pois as raízes provocam bastantes problemas no que respeita ao levantamento dos pisos. Entretanto optou-se pela solução que está hoje posta em prática, evitou-se o massacre das árvores e deixaram-se aqueles espaços sem os parómetros para facilitar o estacionamento aos moradores. Penso que funcionou bem este sistema. Penso também que não é com a proposta que aqui foi apresentada que se poderá resolver o problema, mas sim com um estudo global que está entregue a uma empresa.



Não sei o que é que se passa com a aplicação do PDM nas zonas rurais, poderá haver qualquer falha, mas o Sr. Dr. Mendonça, depois verá.

Não vai faltar com a construção da Ponte de Pau o acesso ao Centro Cultural, porque o acesso ao centro Cultural não é aquele tramo apenas que vai dar à Feira de Março. O acesso ao Centro Cultural para quem vá da Avenida 5 de Outubro, é exactamente pelas trazeiras das Fábricas Artibus e Carpintaria Bandarra, para quem fôr de bicicleta ou de carro.

Quanto às Pistas para a Avenida Central, isso já não é fácil fazer porque este estudo tem anos e há três quatro anos não se falava nas Pistas de Ciclismo com a intensidade que se fala hoje. Por outro lado é preocupação da Câmara propôr e já o fez verbalmente à Junta Autónoma das Estradas a aceitação por parte da Câmara da EN 109, porque o PDM lhe deu uma outra função que permite de facto criar a futura Avenida e aí sim, não pode ser esquecida a Pista de Ciclismo, estamos a tempo e temos meios em área; na estrada que vai para a Barra, temos a Pista para as bicicletas e nas zonas pedonais estou convencido que quando fôr dada uma explicação sobre as áreas pedonais naquele estudo, poder-se-á utilizar a bicicleta.

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Nuno Tavares.

Queria também fazer referência a um assunto que vem no "Independente", que traz uma página cujo título é o "Cheque Voador" e que diz respeito à Câmara Municipal de Aveiro, para que fique esclarecido o que é que se passa: há um conjunto de despesas feitas no Campo do Estrela Azul por uma Direcção cessante há anos que ficou por pagar ao empreiteiro, um conjunto de facturas que atingem mil trezentos e tal contos e nunca mais se processou o pagamento pese embora essas facturas acompanhassem sempre as agendas. Passados quatro anos o Sr. Vereador do Pelouro do Desporto por qualquer razão acabou por não propôr ou se propôs não foi feito o pagamento dessas facturas. O empreiteiro que executou o trabalho, apresenta as suas facturas e insiste junto da Câmara Municipal para que lhe seja feito o pagamento. É costume em termos de Associações Desportivas, quando querem fazer obras a Câmara nunca regateou e sempre que pôde, uma vez que se



tratava de subsídios para investimento colaborou sempre desta forma - ou com materiais ou com subsídio em dinheiro para pagar as obras ou os materiais comprados pelos Clubes.

Em Dezembro passado resolveu-se a situação, levou-se o assunto à Câmara, esta aprovou o pagamento daquilo que devia e sem juros, porque ninguém pediu juros o que é curioso, procedendo da forma habitual considerando um subsídio ao Clube e este por sua vez pagaria ao empreiteiro. Esta nova Direcção, ou por falta de esclarecimento, que eu admito que tenha havido, ninguém terá dito à nova Direcção que o subsídio que lhe ia ser atribuído se destinava ao pagamento das facturas com as despesas efectuadas no seu campo de futebol, não aceitou a responsabilidade vinda da Direcção anterior. De qualquer modo o cheque foi passado ao Clube Estrela Azul e há uma falha agora no processo, a Contabilidade Municipal, com a pressa de pagar entregou o cheque e o industrial foi ao Clube para o endosso, porém o Clube não endossou o cheque e o industrial em vez de devolver o cheque à Câmara vai a um Banco e o Banco paga-lhe o cheque sem ser endossado, sendo esta a história que hoje vem no "Independente. É chato porque houve duas coisas ocorridas: uma da parte da Câmara Municipal por ter entregue o cheque ao industrial e a outra da entidade bancária que pagou um cheque endossado ao Estrela Azul.

Talvez antes de ter sido passado o cheque, eu pessoalmente esclareci a Direcção actual do Estrela Azul de que aquelas verbas se destinavam àquele fim."

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva, para referir que relativamente às questões levantadas sobre o complexo hídrico do Carvoeiro e atendendo às inúmeras questões que foram levantadas não poderá dar um tipo de resposta ligeira; por isso pediu um pouco mais de tempo para estudar o assunto para poder responder cabalmente às questões, porque as questões são muitas e gostaria de trazer até o próprio Caderno de Encargos que foi aprovado na Assembleia Intermunicipal para dar resposta de uma forma cabal às questões que foram aqui levantadas com alguma pertinência.

Quanto à publicidade nas rotundas, informou que a empresa concessionária já foi notificada no sentido de mudar os painéis.

Vogal Vitor Mangerão:

"É directamente para o Sr. Presidente da Câmara.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara por ter chamado à colacção essa questão que veio hoje no "Independente" e vou-lhe dizer porquê; porque alguns de nós tínhamos lido isso, eu concretamente e assumi não falar do assunto. O Sr. Presidente da Câmara veio falar dele sem ter de responder a ninguém - primeiro ponto positivo.

Segundo ponto positivo, é a ilacção que se pode tirar disto. Eu pessoalmente e não falo só por mim certamente, não me compraz ver sofrer os meus adversários políticos por questões deste género. Não é honra para ninguém infelizmente hoje, no contexto político português, encher uma página inteira do "Independente" - à partida se a enche não é por boa coisa! e a Câmara Municipal de Aveiro ainda nunca lá tinha aparecido a página inteira, apareceu hoje por uma coisa minúscula, miserável! que isto sirva de lição para aqueles que com toda a facilidade a partir dos "Independentes" deste país, estão sempre prontos a lançar a pedra a quem quer que seja. Nós do PSD por dá cá aquela palha somos o partido dos corruptos e outras coisas e depois encontramos aqui cara a cara e onde é que estão os corruptos? com que direito é que o pensamos? é preciso que isto fique bem claro.

Terceiro ponto, aqui o que importa, é que a Câmara assim como o Sr. Presidente nos esclareceu a nós, esclareça o "Independente" como o direito lhe reconhece o direito de o fazer. A nós interessa-nos que tudo em Aveiro tenha a cara lavada. Eventualmente houve aí alguma facilitação dos serviços da Câmara que vem na linha de muitas facilitações, que esta Câmara e outras Câmaras dão em nome às vezes do facilitar. É preciso que isso seja muito bem ponderado, os tempos não vão para facilidades, bons e magníficos autarcas e não só andam nas páginas dos jornais e humilhados no Tribunal da opinião pública que é pior que o Tribunal das Casas de Justiça por coisas desse género, e é bom nós preservarmo-nos, nada de deixar criar precedentes - respondam como deve ser ao "Independente" e a Assembleia Municipal e certamente todos nós em Aveiro estamos com a Câmara nisso."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Uma questão para o Sr. Presidente da Câmara que tem a ver com o seguinte - pus a mesma questão que aqui pus hoje já nesta Assembleia Municipal, exactamente a propósito da construção da Ponte

de Pau, exactamente ao Sr. Presidente da Câmara. Ou eu hoje ouvi mal, ou ouvi nessa altura uma resposta e ouvi hoje outra. Portanto o que eu pretendia era que me dissesse de forma clara precisa e concisa se eu ouvi que a Ponte de Pau, porque é um projecto antigo não vai ter as Pistas de Ciclistas?

Presidente da Câmara Municipal, responde:

"Penso que na parte superior da Ponte de Pau não terá as Pistas para Ciclistas, não foram previstas."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Lembrava apenas o que disse nessa altura. Eu falei com os técnicos todos da Câmara e todos eles consideraram perfeitamente possível em cima da Ponte, sem qualquer prejuízo para peões uma vez que tem espaço de peões demasiado alargado.

Segunda questão, é dirigida ao Vereador Belmiro Couto, neste momento ausente. É que eu tinha-lhe colocado esta mesma questão a ele e gostava de ouvir a resposta dele, porque nós sabemos que ele felizmente tem outra posição completamente diferente. E portanto como o Sr. Engº Vitor reservou para a próxima Assembleia a resposta a uma questão que lhe foi posta hoje, eu espero que o Sr. Engº Belmiro Couto se tenha retirado por qualquer razão forte e também me dê a resposta numa próxima oportunidade."

Presidente da Câmara Municipal, responde:

"Não foram previstas naquele estudo na parte superior Pistas de Ciclismo. Se tecnicamente fôr possível traçá-las, naturalmente que nós faremos isso."

Vogal Raul Martins:

"A notícia publicada no "Independente" parece-me vir de encontro àquilo que nós já aqui tínhamos falado, efectivamente em determinados aspectos a Câmara age precipitadamente e mal; se não vejamos: como é que se liquidou e como é que se entregou um cheque a uma pessoa, quando o cheque era endossado a outra pessoa? quem é que passou o recibo? o Clube passou? não passou? então foi por um vale de caixa que foi entregue o cheque com a promessa de que o recibo vinha no futuro? Como é que se paga uma dívida de um Clube que o Clube não assumiu? isto é, que a nova Direcção não assumiu. Então o Clube não assume a dívida e a Câmara assume em nome do Clube a dívida? Como

é que com o actual sistema bancário eu consigo levantar um cheque que não vai em meu nome mas em nome do Clube? mais, sabendo a Câmara que o cheque foi abusivamente levantado como é que a Câmara o pagou? e o problema é que a Câmara não tem o recibo."

Presidente da Câmara Municipal, responde:

"Esses documentos estão na Câmara, está a pôr em causa aquilo que eu estou a dizer e isso já terei que o convidar a ir à Câmara ou a trazer-lhe aqui os documentos, para mim estas questões são muito limpas. Aquilo que o Sr. estranha relativamente ao cheque, posso-lhe mostrar a fotocópia, se quiser digo-lhe aqui publicamente quais foram as entidades bancárias intervenientes - a Caixa de Crédito Agrícola de Sever do Vouga e a Caixa Geral de Depósitos, que é quem tem o dinheiro da Câmara, e eu mandei ir à Caixa tirar uma fotocópia do cheque, carimbado pelo industrial e assinado pelo industrial e deram-lhe o dinheiro. Eu não estou a mentir, estou-lhe a pôr o problema.

Quanto à questão do recibo, este foi colhido pelo funcionário e foi o empreiteiro que lho passou - não está correcto, mas o recibo está lá. Esta situação não volta a acontecer de certeza."

Vogal António Salavessa:

"Penso que se está a cair com muita facilidade na mistura entre pequenas questões, entre irregularidades e questões de corrupção, penso que ao levantar-se muitos problemas de irregularidades que surgem um pouco por todo o país, que se está a esconder um ou outro caso mais grave, está-se a diluir um ou outro caso mais grave de corrupção que existe de facto e ao misturar este tipo de assuntos perde importância aquilo que é efectivamente grave em termos de gestão não só autárquica, o problema não se coloca só ao nível do Poder Local. Portanto à que haver um esforço de separar o que é pequena irregularidade, de irregularidade repetida que também é grave, e do que é a corrupção. A separação destes assuntos devem existir. Faço confiança na boa fé destas irregularidades que aconteceram no concelho, que elas sirvam para corrigir os comportamentos no futuro para evitar que isto aconteça.

Entretanto aproveitava este problema para pedir o seguinte: houve uma inspecção à Câmara, houve uma contestação da Câmara a essa inspecção. Era bom que nós não tivéssemos que pedir à Câmara esses documentos, que a Câmara por sua iniciativa fornecesse aos



membros da Assembleia Municipal o Relatório da inspecção e a contestação que a Câmara fez a essa inspecção, para não termos que os pedir via Mesa."

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos.

Eram 00.01 Hora e 15 minutos do dia 18.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

  
António de Sousa Dias Lima -  
